

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE  
CURSO DE FISIOTERAPIA

JENIFFER SILVA DOS SANTOS

**PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO ENTRE  
ESTUDANTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA**

Goiânia  
2022

JENIFFER SILVA DOS SANTOS

**PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO ENTRE  
ESTUDANTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Fisioterapia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lopes do Nascimento

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Krislainy de Sousa Corrêa

Goiânia  
2022

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE**  
**CURSO DE FISIOTERAPIA**  
**AVALIAÇÃO ESCRITA**

**Título do trabalho:** Preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre estudantes do curso de fisioterapia.

**Acadêmico(a):** Jeniffer Silva dos Santos.

**Orientador:** Prof. Dr. Leonardo Lopes do Nascimento

**Coorientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Krislainy de Sousa Corrêa.

**Data:**...../...../.....

| <b>AVALIAÇÃO ESCRITA (0 – 10)</b> |  |  |
|-----------------------------------|--|--|
| <b>Item</b>                       |  |  |
| <b>1.</b>                         | Título do trabalho – Deve expressar de forma clara o conteúdo do trabalho.   |  |
| <b>2.</b>                         | Introdução – Considerações sobre a importância do tema, justificativa, conceituação, a partir de informações da literatura devidamente referenciadas.    |  |
| <b>3.</b>                         | Objetivos – Descrição do que se pretendeu realizar com o trabalho, devendo haver metodologia, resultados e conclusão para cada objetivo proposto         |  |
| <b>4.</b>                         | Metodologia* – Descrição detalhada dos materiais, métodos e técnicas utilizados na pesquisa, bem como da casuística e aspectos éticos, quando necessário |  |
| <b>5.</b>                         | Resultados – Descrição do que se obteve como resultado da aplicação da metodologia, pode estar junto com a discussão.                                    |  |
| <b>6.</b>                         | Discussão**– Interpretação e análise dos dados encontrados, comparando-os com a literatura científica.   |  |
| <b>7.</b>                         | Conclusão – síntese do trabalho, devendo responder a cada objetivo proposto. Pode apresentar sugestões, mas nunca aspectos que não foram estudados.      |  |
| <b>8.</b>                         | Referência bibliográfica – Deve ser apresentada de acordo com as normas do curso.  |  |
| <b>9.</b>                         | Apresentação do trabalho escrito – formatação segundo normas apresentadas no Manual de Normas do TCC   |  |
| <b>10.</b>                        | Redação do trabalho – Deve ser clara e obedecer às normas da língua portuguesa   |  |
| Total                             |  |  |
| Média<br>(Total/10)               |  |  |

Assinatura do examinador: \_\_\_\_\_

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE**  
**CURSO DE FISIOTERAPIA**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL**

| <b>ITENS PARA AVALIAÇÃO</b>              | <b>VALOR</b> | <b>NOTA</b> |
|--|--------------|-------------|
| <b>Quanto aos Recursos</b>               |              |             |
| 1. Estética                              | 1,5          |             |
| 2. Legibilidade                          | 1,0          |             |
| 3. Estrutura e Sequência do Trabalho     | 1,5          |             |
| <b>Quanto ao Apresentador:</b>           |              |             |
| 4. Capacidade de Exposição               | 1,5          |             |
| 5. Clareza e objetividade na comunicação | 1,0          |             |
| 6. Postura na Apresentação               | 1,0          |             |
| 7. Domínio do assunto                    | 1,5          |             |
| 8. Utilização do tempo                   | 1,0          |             |
| Total                                    |              |             |
|  |              |             |

Avaliador: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## SUMÁRIO

|                   |    |
|-------------------|----|
| RESUMO .....      | 5  |
| ABSTRACT.....     | 5  |
| INTRODUÇÃO .....  | 6  |
| MÉTODOS .....     | 7  |
| RESULTADOS.....   | 8  |
| DISCUSSÃO.....    | 11 |
| CONCLUSÃO .....   | 15 |
| REFERÊNCIAS ..... | 17 |

## RESUMO

**Introdução:** O preconceito contra a diversidade sexual e de gênero fomenta em atitudes discriminativas em ambientes de educação e prática em saúde, perpetuando vulnerabilidades enfrentadas por aqueles que se encontram fora dos padrões normativos da sociedade. **Objetivo:** investigar a existência de preconceito contra diversidade sexual e de gênero em estudantes do curso de fisioterapia de uma universidade privada da capital de Goiás. **Métodos:** trata-se de um estudo transversal descritivo realizado com acadêmicos do curso de fisioterapia de uma universidade privada. Após assegurados os aspectos éticos, os estudantes responderam a um formulário online, que contava com um questionário sociodemográfico e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R). **Resultados:** a amostra final foi composta por 135 acadêmicos do curso de fisioterapia, predominantemente do gênero feminino (86,8%), pertencentes a orientação heterossexual (87,4%), brancos (45,9%) com idade média de  $22,7 \pm 5,8$  anos, católicos (46,3%) e que nunca escutaram sobre a temática diversidade sexual e de gênero dentro da instituição (73,1%). O maior índice de preconceito foi encontrado no item “preferiria que meus filhos fossem heterossexuais” (64,4%), o segundo e terceiro maiores percentuais foram relacionados aos itens “sexo entre dois homens é totalmente errado” (35,8%) e “eu iria a um bar frequentado por travestis” (35,1%). **Conclusão:** existe preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre os estudantes do curso de fisioterapia e falta abordagem sobre a temática dentro da universidade, fatores que podem repercutir em despreparo técnico-científico e humanizado aos futuros profissionais da saúde em relação às minorias sexuais e de gênero.

**Palavras-chave:** Preconceito; Diversidade Sexual e de Gênero; Estudantes; Fisioterapia.

## ABSTRACT

**Introduction:** Prejudice against sexual and gender diversity encourages discriminatory attitudes in health education and practice environments, perpetuating vulnerabilities faced by those who are outside of the social norms. **Objective:** to investigate the existence of prejudice against sexual and gender diversity among students of the physiotherapy course at a private university in the capital of Goiás. **Methods:** this is a descriptive cross-sectional study carried out with physiotherapy students at a private university. After ensuring the ethical aspects, the students answered an online form, which included a sociodemographic questionnaire and the revised version of Scale of Prejudice Against Sexual and Gender Diversity (PASGD). **Results:** the final sample consisted of 135 students from the physiotherapy course, predominantly women (86,8%), heterosexual individuals (87,4%), white people with an average age of  $22,7 \pm 5.8$  years (45,9%), catholics (46,3%) and those who had never heard about sexual and gender diversity within the institution (73,1%). The highest rate of prejudice was found in the item “I would prefer my children to be heterosexual” (64,4%), the second and third highest percentages were related to the items “sex between two men is totally wrong” (35,8%) and “I would go to a bar frequented by transvestites” (35,1%). **Conclusion:** there is prejudice against sexual and gender diversity among students of the physiotherapy course and there is a lack of an approach to the subject within the university, factors that may have repercussions in technical scientific and humanized unpreparedness of future health professionals in relation to sexual and gender minorities.

**Keywords:** Preconception; Sexual and Gender Diversity; Students; Physiotherapy.

## INTRODUÇÃO

A contemporaneidade vem angariando avanços com a finalidade de antagonizar o preconceito dispensado às minorias sexuais e de gênero. Contudo, o repúdio demonstrado contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e outros grupos (LGBT+) se encontra bastante enraizado em diversos setores da sociedade, incluindo as práticas e educação em saúde (BRASIL, 2013; FEITOSA, 2019; SILVA et al., 2020; VICENTE, 2021).

Embora iniciativas internacionais e nacionais, como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, preconizem a qualificação e a discussão dessa temática no âmbito da saúde básica e da educação, o tema permanece marginalizado e excluído de discussões mais amplas e profundas nas escolas médicas e na atenção básica em saúde (BRASIL, 2013; ALBUQUERQUE; BOTELHO; RODRIGUES, 2019).

Esta ausência de debate sobre sexualidade é evidente nos programas pedagógicos das universidades e na fragilidade dos discentes em discorrer sobre a saúde da população LGBT (NIETSCHKE et al., 2018; SILVA et al., 2021;).

As diretrizes curriculares nacionais (DCN) dos cursos de graduação em ciências da saúde não explicitam aspectos relacionados a diversidade sexual e de gênero em seu conteúdo, deixando de contribuir para uma formação acadêmica e prática em saúde mais inclusiva (CIASCA; HERCOWITZ; JUNIOR, 2021).

A falta de discussão sobre a sexualidade - como um conceito amplo, dinâmico e que se correlaciona com vários aspectos da natureza humana (BRASIL, 2009) - perpetua nos universitários e futuros profissionais de saúde uma rotina que não se atenta as demandas das minorias sexuais e de gênero (DIAS, 2016; SILVA et al., 2020; SHIHADDEH; DANTAS, 2021; PESSOA; SILVA, 2021).

Essa conformação normativa repercute em atitudes preconceituosas e falta de preparo técnico-científico, e tornam-se barreiras ao acesso à saúde. (OPAS, 2017; NOGUEIRA; ARAGÃO, 2019; OLIVEIRA; SILVA; SOUZA, 2019). Por isso, planejar e reformular a política de cuidados a estes grupos vulneráveis devem ser prioridade nas instituições formativas e assistenciais em saúde (ALBUQUERQUE; BOTELHO; RODRIGUES, 2019).

Apesar do aumento no número de publicações científicas sobre a população LGBT na última década, quando se intenta avaliar e quantificar o preconceito contra essas minorias, a

literatura apresenta-se, ainda, um tanto escassa. No campo da fisioterapia, o resultado torna-se ainda mais restrito.

Diante dessa realidade, o objetivo do presente estudo foi investigar a existência de preconceito contra diversidade sexual e de gênero em estudantes do curso de Fisioterapia de uma universidade privada da capital de Goiás.

## **MÉTODOS**

Trata-se de um estudo transversal e descritivo realizado com acadêmicos do curso de fisioterapia de uma universidade privada do estado de Goiás. A amostra, de conveniência, foi composta por estudantes maiores de dezoito anos, de ambos os sexos, regularmente matriculados no curso de fisioterapia e que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Foram excluídos os formulários com mais de 70% de questões sem respostas.

O estudo atendeu à Resolução nº 466/12, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás sob protocolo 5.311.180.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e junho de 2022 via formulário eletrônico criado na plataforma *Google Forms*. O link do formulário foi divulgado e disponibilizado para os acadêmicos do curso de fisioterapia por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

Após consentir com o TCLE, os acadêmicos foram direcionados a responderem a um questionário sociodemográfico e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R).

O questionário sociodemográfico foi desenvolvido pelos autores e composto por 12 questões que investigavam as variáveis idade, gênero, orientação sexual, cor, período, religião a qual pertencia e o quão o indivíduo se considerava atuante dentro da sua doutrina religiosa. Além disso, o instrumento investigou o contato prévio dos acadêmicos com temas relacionados à identidade de gênero e diversidade sexual dentro da universidade, e se conheciam ou se relacionava com homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e/ou outros grupos, se sim, qual era o grau de relacionamento.

A EPDSG foi desenvolvida e validada por Costa, Bandeira, Nardi (2015) baseada nos instrumentos “*Attitudes Toward Lesbians and Gays Scale*” (HEREK; MCLEMORE, 2011), que mede o preconceito contra a orientação não heterossexual, e “*Genderism and Transphobia Scale*” (HILL et al., 2005), que investiga o preconceito contra a não conformidade de gênero e transgêneros. A EPDSG-R, conta com 18 itens e, em sua validação, apresentou alta confiabilidade (18 itens;  $\alpha = 0.93$ ). Os participantes responderam cada questão através de uma escala *Likert* de 5 pontos – concordo totalmente (1), concordo um pouco (2), não concordo, nem discordo (3), discordo um pouco (4) e discordo totalmente (5) (COSTA et al., 2016).

Para medir o preconceito, a escala *Likert* foi dividida e classificada em dois grupos – “preconceito” e “não preconceito”. O primeiro grupo (ponto 1 ao 4) representa graus de concordância em relação a cada item da EPDSG-R, e o segundo (ponto 5), diz respeito a discordância total (MORETTI-PIRES et al., 2019). Consequentemente, as respostas dos participantes em cada questão também estavam sendo classificadas em “preconceito” e “não preconceito”.

Quanto a análise dos dados, as variáveis contínuas foram apresentadas como média e desvio padrão, enquanto as categóricas foram apresentadas em frequências absolutas (n) e percentuais (%). A distribuição dos dados foi analisada pelo teste *Kolmogorov-Smirnov*. A comparação dos dados contínuos foi realizada pelo teste *General Linear Model* (GLM) para medidas univariadas. O teste Qui-Quadrado foi utilizado para comparar dados categóricos. O nível de significância a ser considerado foi de  $\alpha \leq 0.05$ . O *software* utilizado para as análises foi o software SPSS versão 24.0.

## RESULTADOS

Finalizada a coleta de dados, foram contabilizados 136 formulários. Destes, 1 foi excluído por apresentar mais de 70% do seu escopo sem respostas.

A amostra final foi composta por 135 acadêmicos do curso de fisioterapia, predominantemente do gênero feminino (86,8%), pertencentes a orientação heterossexual (87,4%), brancos (45,9%) com idade média de  $22,7 \pm 5,8$  anos, católicos (46,3%), e com renda familiar entre 2 e 4 salários-mínimos (35,8%) (Tabela 1).

A maioria dos alunos cursava entre o 5º e 9º período do curso (55,6%), e nunca escutaram sobre a temática diversidade sexual e de gênero dentro da instituição (73,1%). A

quase totalidade (99,3%) convivia em seu círculo social com pessoas LGBT, sendo a maioria, relações de amizades (79,3%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Perfil dos estudantes do curso de fisioterapia de uma universidade privada do estado de Goiás entre os meses de abril e junho de 2022

| <b>Característica</b>                               | <b>Categorias</b>        | <b>Frequência (%)</b> |
|---|--------------------------|-----------------------|
| Gênero  | Feminino                 | 86,8                  |
|   | Masculino                | 13,2                  |
| Cor   | Branca                   | 45,9                  |
|   | Parda                    | 37                    |
|   | Preta                    | 14,1                  |
|   | Amarela                  | 3                     |
| Orientação Sexual                                   | Homossexual              | 4,4                   |
|   | Bissexual                | 7,4                   |
|   | Heterossexual            | 87,5                  |
|   | Assexual                 | 0,7                   |
| Renda familiar per capita                           | Até 2 salários           | 32,8                  |
|   | Entre 2 e 4 salários     | 35,9                  |
|   | Entre 4 e 10 salários    | 21,6                  |
|   | Entre 10 e 20 salários   | 8,2                   |
|   | Mais que 20 salários     | 1,5                   |
| Religião  | Ateu/Não possui religião | 16,4                  |
|   | Evangélica               | 30,6                  |
|   | Católica                 | 46,3                  |
|   | Espírita                 | 5,2                   |
|   | Matriz africana          | 1,5                   |
| O quanto se declara atuante dentro da sua religião? | Não atuante              | 14,8                  |
|   | Pouco atuante            | 59,8                  |
|   | Muito atuante            | 25,4                  |
| Período   | 1° ao 4° período         | 44,4                  |
|   | 5° ao 9° período         | 55,6                  |
| Já ouviu sobre o tema na universidade?              | Sim                      | 26,9                  |
|   | Não                      | 73,1                  |
| Possui relação com pessoas LGBT+?                   | Sim                      | 99,3                  |
|   | Não                      | 0,7                   |
| Grau de relacionamento                              | Familiar                 | 56,3                  |
|   | Amigo                    | 79,3                  |
|   | Colega                   | 46,7                  |
|   | Conhecido                | 39,3                  |

LGBT+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e outros grupos  
 Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Tabela 2 - Distribuição do preconceito em cada item da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada

| <b>Itens da escala revisada</b>  | <b>Preconceito (%)</b> | <b>Não preconceito (%)</b> |
|--|------------------------|----------------------------|
| Sexo entre dois homens é totalmente errado.                                    | 35,8                   | 64,2                       |
| Eu acho que os homens gays são nojentos.                                       | 8,9                    | 91,1                       |
| A homossexualidade masculina é uma perversão.                                  | 20,3                   | 79,7                       |
| Eu preferiria que meus filhos fossem heterossexuais.                           | 64,4                   | 35,6                       |
| Eu acho que as mulheres lésbicas são nojentas.                                 | 8,9                    | 91,1                       |
| Eu não me sentiria a vontade em consultar com um médico homossexual.           | 5,9                    | 94,1                       |
| Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar.              | 15,7                   | 84,3                       |
| O casamento entre mulheres lésbicas deveria ser proibido.                      | 17,2                   | 82,8                       |
| As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo. | 17,8                   | 82,2                       |
| As mulheres que se veem como homens são anormais.                              | 16,4                   | 83,6                       |
| Eu não confio em lésbicas.   | 5,9                    | 94,1                       |
| As meninas masculinas deveriam receber tratamento.                             | 11,2                   | 88,8                       |
| Os homens afeminados não me deixam à vontade.                                  | 13,3                   | 86,7                       |
| Eu iria a um bar frequentado por travestis.                                    | 35,1                   | 64,9                       |
| As mulheres masculinas não me deixam à vontade.                                | 12,6                   | 87,4                       |
| Travestis me dão nojo.   | 8,9                    | 91,1                       |
| Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito um homem.      | 19,4                   | 80,6                       |
| Homens e mulheres deveriam ser proibidos de mudar de sexo.                     | 18                     | 82                         |

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

O preconceito foi investigado através da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada (EPDSG-R) e medido através de uma classificação em “preconceito” e “não preconceito” das respostas obtidas em cada item da EPDSG-R (MORETTI-PIRES et al., 2019).

Em relação a distribuição do preconceito, os estudantes de fisioterapia apresentaram alta concordância (64,4%) com a afirmação “preferiria que meus filhos fossem heterossexuais”. O segundo maior percentual foi relacionado ao item “sexo entre dois homens é totalmente errado” (35,8%) (Tabela 2).

Em terceiro lugar se encontra a questão “iria a um bar frequentado por travestis” (35,1%). No entanto, ressalta-se que esse item apresenta uma afirmação positiva em relação as minorias sexuais e de gênero, portanto, sua análise se deu de maneira invertida, ou seja, foram classificadas como preconceito as respostas discordantes (Tabela 2).

## **DISCUSSÃO**

O termo diversidade sexual e de gênero é usado como uma maneira de abranger a multiplicidade do ser humano em relação ao sexo, orientação sexual e identidade de gênero, sem especificar cada uma das variedades existentes (CPERS, 2018). O sexo biológico é classificado de acordo com a anatomia, cromossomos e hormônios (masculino, feminino, intersexo). A orientação sexual diz respeito a atração (ou não) física, afetiva, romântica e ou emocional direcionado a outras pessoas – são exemplos a assexualidade, heterossexualidade, homossexualidade e a bissexualidade. Gênero é uma construção social do que é ser homem/masculino ou mulher/feminino nas diferentes épocas e sociedades. Já a identidade de gênero é como a pessoa se identifica em relação as estas representações de gênero. Engloba os indivíduos cisgêneros (pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi designado ao nascimento) e os transgêneros (aqueles que não se identificam com o gênero designado ao nascimento) (BRASIL, 2009; CIASCA; HERCOWITZ; JUNIOR, 2021).

Diante disso, a heterocisnormatividade é caracterizada por um conjunto de ações e pensamentos adotados pela sociedade, erguidos e baseados na crença de que somente a heterossexualidade e a cisgeneridade são normais, naturais e corretas. O que acaba levando ao preconceito e a discriminação para com aqueles que se encontram fora do padrão (ROSA, 2020).

Até onde é do nosso conhecimento, nenhum estudo anterior se propôs a investigar o preconceito contra diversidade sexual e de gênero em estudantes de fisioterapia. Por esse motivo, foi preciso buscar diálogo com estudos realizados em populações universitárias de outros cursos de ensino superior, a fim de comparar e discutir o tema proposto.

O presente estudo, ao trazer a temática sobre diversidade sexual e de gênero ao curso de fisioterapia de uma universidade privada, contou com uma amostra predominantemente do gênero feminino (86,8%), brancos (45,9%) com idade média de 22,7 anos. Esses achados corroboram com os dados publicados pela 12ª edição do mapa do ensino superior no Brasil (SEMESP, 2022), que demonstra que os universitários dos cursos de fisioterapia são majoritariamente do gênero feminino (76,9%), brancos (48,0%), com idade média de até 24 anos (64,4%).

A presença expressiva do gênero feminino nos cursos da saúde reflete o resultado de uma construção social, cultivada desde a infância, na qual, às mulheres são delegadas e esperadas atitudes e comportamentos tidos como femininos, como lidar com crianças, cuidar de enfermos, realizar serviços domésticos e se preocupar com a beleza. Esse construto repercute na escolha de profissões em setores como a saúde, educação, laser e estética, como uma forma (inconscientemente) de reafirmar seu papel de feminilidade diante da sociedade (MACHADO, 1986; ÁVILA, 2014).

Quanto a cor ou raça predominantemente branca, o instituto SEMESP aponta como uma realidade presente em todos os cursos do ensino superior do Brasil. Em informações apresentadas pela pesquisa Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2018) divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que as desigualdades étnico-raciais no Brasil, proporciona aos brancos maior acesso aos espaços de poder (trabalho, política e educação).

A sexualidade majoritariamente heterossexual (87,4%) condiz com os dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo IBGE, em 2019. A pesquisa apontou que 94,8% da população adulta identificou-se como heterossexual, 1,2%, como homossexuais e 0,7%, como bissexuais. No presente estudo, homossexuais e bissexuais corresponderam a 4,4% e 7,4% respectivamente. Tal fato pode estar relacionados a maior privacidade que os estudantes dispuseram para declarar sua sexualidade. Diferente da pesquisa feita pelo IBGE, na qual, o preenchimento da questão foi, muitas vezes, realizado pelo entrevistador. Além disso, os entrevistados nem sempre puderam ter sua privacidade assegurada no ambiente familiar. A pesquisa considera que os dados podem estar subnotificados.

A orientação sexual é um fator importante a ser analisado, pois autores como Costa et al., (2016, 2017), Gaspodini e Falcke (2018) identificaram uma correlação de maior nível de preconceito entre os autodeclarados heterossexuais.

Em relação a inclusão da temática diversidade sexual e de gênero dentro da instituição de ensino superior, 73,1% dos estudantes afirmaram nunca terem escutado sobre o tema dentro da universidade. Dado semelhante foi apresentado por Lima, Soeiro e Soares (2021) que, apesar de não terem investigado o preconceito contra diversidade sexual e de gênero, realizaram um estudo sobre a formação acadêmica em fisioterapia no atendimento às demandas em saúde da população LGBT. Em seus resultados, 84,2% dos acadêmicos afirmaram que raramente ou nunca tiveram abordagens sobre conteúdo da população LGBT+ na graduação. Essa falta de discussão sobre o tema, também ocorre em outros cursos da área da saúde. Em um estudo com universitários dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Psicologia, 84% dos estudantes relataram que não tiveram abordagens sobre saúde da população LGBT na sua formação (TAVARES et al., 2019). Essa lacuna formativa reflete em falta de preparo técnico-científico para entender as demandas da população LGBT+ e contribui para a permanência de atitudes de preconceito nos futuros profissionais da saúde (ARAÚJO, 2019; FERREIRA et al, 2019; NEGREIROS et al., 2019).

O trabalho aqui exposto tem um ponto positivo quanto o contato prévio dos estudantes com pessoas pertencentes as minorias sexuais e de gênero, pois, 99,3% relataram conviver com LGBTs em seu círculo social, em sua maioria, relações de amizade (79,3%). Relações interpessoais com pessoas não heterossexuais e com aqueles que não se identificam como cisgêneros influem para uma apresentação de menores níveis de preconceito (COSTA; BANDEIRA; NARDI, 2015). Este fator positivo também foi identificado no estudo de Moretti-Pires et al. (2019), no qual, estudantes do curso de medicina relataram convivência com gays (95,2%), lésbicas (77,3%), e transsexuais (21,8%).

No entanto, ao se comparar o nível geral de preconceito entre os dois estudos, este, foi maior entre os acadêmicos de medicina (um dos itens da EPDSG alcançou 89,0% de preconceito), enquanto entre os estudantes de fisioterapia, a maior expressão de preconceito foi de 60,0%.

Essa diferença pode ser entendida levando-se em conta a existência de outras variáveis que contribuem para a representação do preconceito e não preconceito. Por convenção, a literatura relata que os maiores níveis de preconceitos estão entre aqueles do gênero masculino, heterossexuais, que moram no interior, possuem menor acesso à informação, possuem religião e não apresentam relações interpessoais com gays, lésbicas, transsexuais e outros grupos. (COSTA; BANDEIRA; NARDI, 2015).

Neste estudo, temos duas variáveis comumente associadas a maiores níveis de preconceito, ou seja, uma amostra majoritariamente heterossexual (87,4%), e religiosa, (46,3% de católicos

e 30,6% de evangélicos). Em contrapartida, apresenta uma amostra predominantemente do gênero feminino, com contato interpessoal prévio com minorias sexuais e de gênero, e inseridos no ensino superior de educação, características que são associadas a uma menor apresentação de atitudes de preconceito. Entre os estudantes de medicina, são três variáveis associadas a maiores atitudes de preconceito (gênero masculino, heterossexualidade e religião) (MORETTI-PIRES, 2019).

Das 18 questões presentes na EPDSG-R, disponibilizadas aos estudantes de fisioterapia, 14 apresentaram níveis de preconceito menores que 20%. O que pode ser entendido como um baixo nível de preconceito geral. Santos e Cerqueira-Santos (2022) e Gaspodini e Falcke (2018) relataram uma média de preconceito de baixa a moderada, porém, salientam que devido o instrumento incluir investigação do preconceito extremo, qualquer valor acima do mínimo (sem preconceito) é considerado preocupante.

Além das características sociodemográficas, outra possibilidade para o baixo nível geral de preconceito pode estar associada ao formato da coleta de dados. Ao serem convidados a participar da pesquisa, via aplicativo de mensagens (WhatsApp), os acadêmicos do curso de fisioterapia eram informados sobre o tema e o objetivo geral do estudo e, com privacidade, poderiam decidir seguir em frente ou não em acessar o formulário da pesquisa. Neste formato, há a possibilidade de que aqueles mais simpatizantes ao tema, tenham optado mais frequentemente em participar da pesquisa, trazendo um viés mais positivo em relação ao preconceito.

Quanto a apresentação do preconceito no item “preferiria que meus filhos fossem heterossexuais”, em que o percentual alcançado (60,0%) destoa de maneira significativa daqueles apresentados nos outros itens, não existe a possibilidade de se comparar com outros estudos, visto que a publicações existentes utilizaram a versão anterior da EPDSG, na qual este item não estava incluído.

Essa diferença pode significar a existência de outros motivos para preferir que os filhos sejam heterossexuais, que vão desde a não aceitação da homossexualidade em si, ao medo do preconceito que os filhos e a família sofrerão fora de casa, sendo mais cômodo esperar e preferir a heterossexualidade. Em todo o caso, se relaciona com a presença do preconceito contra minorias sexuais amplamente difundida na sociedade. Além disso, existe uma maior dificuldade de os familiares aceitarem seus membros LGBT, pois, muitos acreditam que essa realidade não vai existir na sua família. Com um conhecido, colega, vizinho, é mais fácil aceitar, porém,

quando se fala da própria família, é inevitável o choque. Há uma quebra de expectativa, de planos, há frustração e até mesmo luto. Por isso, o surgimento da violência contra homossexuais dentro da família é assunto corriqueiro (SOUZA; VEIGA, 2018).

A segunda maior apresentação de preconceito ficou a cargo da questão “sexo entre dois homens é totalmente errado” (35,8%). Essa expressão representa a visão da homossexualidade enquanto algo desviante, não natural. Esse entendimento pode se relacionar com as diversas crenças sobre a natureza da homossexualidade (crenças religiosas, biológicas, ético-morais, psicológicas e culturais). Ou seja, sob qual perspectiva o indivíduo enxerga a relação entre dois homens. Errado por significar um afastamento da palavra de Deus, ser uma disfunção biológica, falta de caráter, traumas psicológicos ou uma prática cultural. Sendo as crenças ético-morais as que causam maior rejeição à proximidade com diversidade sexual (PEREIRA et al., 2017).

Outro item que apresentou uma maior porcentagem de preconceito foi a questão “eu iria a um bar frequentado por travestis” (35,1%). Esse resultado revalida o entendimento de que travestis e transexuais são os grupos que mais sofrem preconceito nos diversos ambientes da sociedade. Isso ocorre devido a uma maior dificuldade da sociedade em compreender questões e discussões relativas à identidade de gênero. O próprio termo, muitas vezes, gera confusões com o significado de orientação sexual (SILVA et al., 2014, 2016).

## CONCLUSÃO

Existe preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre os estudantes do curso de fisioterapia, embora os níveis gerais sugiram uma baixa incidência de preconceito, qualquer valor acima do mínimo (sem preconceito) deve ser considerado importante, considerando suas formas de apresentação extrema. Também ficou evidente a necessidade de abordar temas relativo à diversidade sexual e de gênero dentro das universidades, uma vez observada que os acadêmicos, na maioria dos casos, não entram em contato com o assunto dentro da instituição. Essa falta de abordagem repercute em despreparo técnico-científico e humanizado aos futuros profissionais da saúde, fazendo com que se mantenha uma das características que influencia como barreira de acesso a saúde da população LGBT.

Observa-se a necessidade de mais estudos que avaliem o preconceito, e que disponham de amostras mais robustas, para uma melhor percepção de como este, se encontra presente entre

os acadêmicos do curso de fisioterapia e de outros cursos da área da saúde. Sugere-se uma abordagem com um título mais sutil e/ou uma abordagem presencial para tornar mais ampla a participação dos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. R. T. C.; BOTELHO N. M.; RODRIGUES C. C. P. Atenção integral à saúde da população LGBT: experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v 14, n. 41, p. 1758, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmf14\(41\)1758](https://doi.org/10.5712/rbmf14(41)1758). Acesso em: 16 nov. 2022.
- ARAÚJO, L. et al. O cuidado às mulheres lésbicas no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Revista de enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 27, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.34262>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- ÁVILA, R. C. Formação das mulheres nas escolas de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 38, n. 1, p. 142-149, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022014000100019>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Direitos sexuais de LGBT no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/Direitos\\_Sexuais\\_LGBT.pdf?1365600532](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/Direitos_Sexuais_LGBT.pdf?1365600532). Acesso em: 16 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, ed. 1, 2013.
- CENTRO dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS). **Diversidade Sexual: somos humanos diversos**. Departamento de Gênero e Diversidade, 2018. Disponível em: <https://cpers.com.br/diversidade-sexual-somos-humanos-e-diversos/>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- CIASCA, S. V; HERCOWITZ, A.; JUNIOR, A. L (ed). Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. 1. ed. Santana de Parnaíba: **Manole**, 2021.
- COSTA, A. B.; BANDEIRA, D. R.; NARDI, H. C. Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 2, p. 163-172, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200002>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- COSTA, A. B. et al. Efeito de configuração no apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo em universitários brasileiros. **Psico**, Porto Alegre, v. 48, n. 2, p. 99-108, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2017.2.24421>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- COSTA, A. B. et al. Validation Study of the Revised Version of the Scale of Prejudice against Sexual and Gender Diversity in Brazil. **Journal of Homosexuality**, v. 63, ed.11, p.1446-1463, 2016. DOI: 10.1080/00918369.2016.1222829.
- DANTAS, M. N. P. et al. Fatores associados ao acesso precário aos serviços de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210004>. Acesso em: 16 nov. 2022.

- DIAS, O. V. et al. Acesso às consultas médicas nos serviços públicos de saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 1-13, 2016. Disponível em: <https://www.rbmf.org.br/rbmfc>. Acesso em; 16 nov. 2022.
- FEITOSA, C. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 32, p. 90-118, 2019. Disponível em: [www.sexualidadsaludysociedad.org](http://www.sexualidadsaludysociedad.org). Acesso em: 16 nov. 2022.
- FERREIRA, B. O. et al. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, p. 496-508, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/issue/archive>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38, n. 4, p. 744-757, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370300175201>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. n. 41, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde**: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro. 2022.
- LIMA, G. P.; SOEIRO, A. C. V.; LIRA, S. C. S. L. Saúde da população LGBT+: a formação em fisioterapia no cenário dos direitos humanos. **Fisioterapia Brasil**; n. 22, n.3, p. 346-364, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/fb.v22i3.4615>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- MACHADO, M. H. A participação da mulher no setor saúde no Brasil - 1970/80. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 2, n. 4, p. 449-460, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1986000400005>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- MORETTI-PIRES, R. O. et al. Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, supl. 1, p. 568 – 578, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190076>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- NEGREIROS, F. R. N. et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da formação médica à atuação profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 23-31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- NIETSCHKE, E. A. et al. Formação do enfermeiro para o cuidado à população homossexual e bissexual: percepção do discente. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- NOGUEIRA, F. J. S.; ARAGÃO, T. A. P. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 12, n 3, p. 463-470, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpes>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- OLIVEIRA, Bárbara Tavares Cardoso de; SILVA, Marco Aurélio Santana da; SOUZA, Maria do Socorro de. O direito à saúde de pessoas trans no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade. **Cadernos Ibéro-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 1-163, 2019.

Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Organização Mundial de Saúde (OMS). **Combatendo as causas de disparidades no acesso e utilização dos serviços de saúde pelas pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans**: relatório de progresso. 29ª Conferência Sanitária Pan-Americana. Washington, OPAS, 2017. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/34430/CSP29-INF-7-D-p.pdf?sequence=20&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PEREIRA, A. S. L. S. et al. As crenças sobre a homossexualidade e o preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 563-575, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1413-389X&nrm=iso&rep](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-389X&nrm=iso&rep). Acesso em: 21 nov. 2022.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição. **Cadernos Pet de Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 59-103, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SANTOS, J. J.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students, **Estudos de Psicologia**, v. 39, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SHIHADDEH, N. A.; PESSOA, E. M.; SILVA, F. F. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 58, p. 72-194, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA, A. C. A. et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.19056>. Acesso em: 25 out. 2022.

SILVA, G. W. S. et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/grid>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVA, G. W. S. et al. The said and the done: the nurse and the knowing/doing health for transvestites. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, v. 8, n. 10, p. 3347-3357, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVA, L. C.; OLIVEIRA, R. S.; CARVALHO, A. P. D. Os avanços e desafios na contemporaneidade quanto ao processo de garantia dos direitos humanos para a população LGBT no Brasil. **RJLB**, ano 6, n. 4, p. 1893-1917, 2020. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020\\_04\\_1893\\_1917.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_1893_1917.pdf). Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA, P. H. et al. Sexualidade na grade curricular acadêmica de enfermagem: avaliação em universidades. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SINDICATO das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP). **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. ed. 12, 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SOUZA, D. C.; VEIGA, J. B. S. Uma revisão crítica sobre relações entre pais heterossexuais e seus filhos homossexuais. **Anais da XII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**, Itacoatiara, 2018. Disponível em: <https://www.sncticet.ufam.edu.br/2018/anais/artigos.html>. Acesso em: 21 nov. 2022.

TAVARES, J. S. et al. Conhecimento dos estudantes da saúde acerca da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT e sua abordagem clínica como futuros profissionais. **Temas em Saúde**, João Pessoa, vol. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <https://temasemsaude.com/edicoes-antiores/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

VICENTE, A. L. C. Contexto brasileiro: avanços e retrocessos nas discussões de Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos. **Revista Discente Planície Científica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 52-70, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/issue/view/2540>. Acesso em: 16 nov. 2022.